



**“REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 48/2020 – PMS”**

À

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO BONITO**

Requisitamos, para fins de instruir processo referente a **Prestação de Contas de 2019, do Convênio nº 20/2013 firmado com o Centro de Assistência Social de Capão Bonito** (Ajuste: TC-453/016/14), nos termos do artigo 189 das Instruções nº 01/2020 e da Lei Complementar nº 709, artigos 25 e 26, as informações <sup>e</sup>/ou a documentação a seguir

- 1) Ofício de encaminhamento;
- 2) Certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão conessor e respectivos períodos de atuação;
- 3) Certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pela fiscalização da execução do convênio e respectivos períodos de atuação;
- 4) Certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da entidade conveniada, forma de remuneração, períodos de atuação, com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do convênio;
- 5) Certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão conessor, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;
- 6) Relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do convênio, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, assinado pelo representante legal da entidade conveniada;
- 7) Relatório governamental da análise da execução do convênio, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração Pública;
- 8) Relação dos contratos e respectivos aditamentos, firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela entidade conveniada, para os fins estabelecidos no convênio, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;
- 9) Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;
- 10) Publicação do Balanço Patrimonial da entidade conveniada, dos exercícios encerrado e anterior;
- 11) Demais demonstrações contábeis e financeiras da entidade conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
UNIDADE REGIONAL DE ITAPEVA – UR - 16



- 12) Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;
- 13) Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;
- 14) Comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;
- 15) Declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da conveniada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 16) Declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigente(s) da Conveniada, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública conveniente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;
- 17) Prestação de contas mensal (apresentada pela Entidade) dos meses 06 e 12/2019.

**PRAZO DE ATENDIMENTO: 13/10/2020**

Observações:

- 1- As informações devem ser encaminhadas em resposta ao presente e-mail ([psancao@tce.sp.gov.br](mailto:psancao@tce.sp.gov.br)) no formato .PDF(assinado em papel e digitalizado, por se tratar de processo físico).
- 2- Na falta de algum dos itens acima, apresentar certidão negativa.

Outrossim, lembramos que as Autoridades ou Servidores públicos são obrigados, sob as penas da lei, a atender no prazo que for fixado, às requisições, bem como permitir ou facilitar as inspeções conforme o que dispõe o § 1º do artigo 25 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

UR – 16.2, em 01 de outubro de 2020.

**PAULO MARQUES SANÇÃO**  
**Chefe Técnico da Fiscalização**